

O estatuto ontológico da escrita e da oralidade em duas contribuições funcionalistas: Josef Vachek e Michael Halliday

The ontological status of writing and orality in two functionalist contributions: Josef Vachek and Michael Halliday

Maria Mafalda Sanches de Azevedo MENDES*
Universidade de Coimbra (UC)

Mário Gleisse das Chagas MARTINS**
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

RESUMO: Linguistas da Escola de Praga, com destaque para Josef Vachek, chamam a atenção para a necessidade de estudar a língua escrita como uma estrutura linguística *sui generis*. O carácter excepcional, pioneiro e sistemático do pensamento de Vachek sobre a escrita e a sagacidade das suas observações acerca da justificação funcional do que designou como norma escrita justificam trazê-lo para uma discussão sobre o estatuto ontológico da escrita e da oralidade, por relação com a visão do funcionalismo de Halliday, para quem os usos da língua escrita e os da língua oral são concebidos como variantes funcionais da língua. Se, em Vachek, a especificidade da norma escrita é essencialmente reivindicada ao nível do plano da expressão grafológica, em Halliday a especificidade dos registos da escrita e da oralidade manifesta-se nos vários estratos do sistema da língua, num movimento sistémico de reação funcional à variação ao nível do contexto. Pretende-se, neste artigo, tanto recuperar o contributo pioneiro de Vachek sobre o estatuto ontológico da escrita e da oralidade, como procurar esclarecer as relações de continuidade e de rutura que se podem estabelecer entre as visões funcionalistas de Vachek e de Halliday neste domínio teórico.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita e oralidade. Josef Vachek. Funcionalismo.

* Doutora em Linguística Aplicada pelo Centro de Linguística Geral e Aplicada da Universidade de Coimbra. E-mail: mafaldamendes@uc.pt.

** Doutor em Linguística Aplicada à Educação pela Universidade de Lisboa. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO). E-mail: mario.martins@ufersa.edu.br.

ABSTRACT: Linguists of the Prague School, most notably Josef Vachek, draw attention to the need to study written language as a *sui generis* linguistic structure. The exceptional, pioneering and systematic character of Vachek's thought on writing, and the sagacity of his observations about the functional justification of what he called the written norm justify bringing him into a discussion about the ontological status of writing and orality, by relation to Halliday's functionalism, for whom the uses of written and oral language are conceived as functional variants of language. While for Vachek the specificity of the written norm is essentially claimed at the level of graphological expression, for Halliday the specificity of the written and oral registers is manifested in the various strata of the language system, in a systemic movement of functional reaction to variation at the level of context. The aim of this article is both to recover Vachek's pioneering contribution on the ontological status of writing and orality, and to clarify the relations of continuity and rupture that can be established between the functionalist views of Vachek and Halliday in this theoretical domain.

KEYWORDS: Written language and oral language. Josef Vachek. Functionalism.

Introdução

No final do século XIX, por influência do movimento dos neogramáticos, o estudo da língua oral tornou-se central no trabalho dos linguistas ocidentais e a escrita como modelo da língua perde protagonismo. Saussure, Mathesius, Bloomfield, Sapir, fundadores das mais importantes escolas da linguística do século XX, todos estudaram ou colaboraram de perto com representantes do movimento europeu dos neogramáticos. No *Cours de linguistique générale*, cuja primeira edição vem a lume em 1916, Saussure (1945, p. 51) defende que só a palavra falada, por oposição à escrita, pode ser tomada como objeto da linguística. A escrita, apesar da sua aparência permanente e sólida, é vista como uma mera representação superficial e enganadora do “signo vocal”.

Desviando-se da tendência fonocentrista dominante, alguns linguistas da escola de Praga, mais próximos da linha funcionalista de Mathesius do que da linha tendencialmente estruturalista de Jakobson, com destaque para Vachek, chamam a atenção para a necessidade de estudar a língua escrita como uma estrutura linguística *sui generis*. A abordagem de Vachek às questões da escrita (VACHEK, 1959; VACHEK, 1989), porém, distingue-se da de outros linguistas, como Antonín Frinta e Agenor

Artymovyč, no contexto europeu, ou Truman Bradley e Dwight Bolinger, no contexto norte-americano, que haviam dedicado alguma atenção a esta temática. O que distingue qualitativamente a abordagem de Vachek às questões da escrita é a teorização do conceito de norma escrita. Com base neste conceito, Vachek faz deslocar a problemática da escrita do plano da concretização casuística dos enunciados escritos, centrada nas questões da ortografia, para o plano mais abrangente da respetiva norma. A norma escrita, segundo Vachek, existe para além da norma falada e tem uma importância fundamental no conjunto dos factos da língua. Os problemas relacionados com a escrita e a oralidade devem ser colocados ao nível do contraste entre duas normas. Além disso, adverte o autor, tais questões não devem ser averiguadas a partir do estudo de factos do nível da palavra ou inferior, mas de enunciados mais extensos onde a especificidade funcional da escrita se revela em maior grau e com maior clareza (VACHEK, 1959, p. 10).

Para Vachek, a existência da norma escrita¹ numa língua – um horizonte de expectativas, socialmente estabelecido e passível de ser ou não frustrado, para a concretização dos enunciados na escrita – é amplamente evidenciada pelo sentimento de desconforto provocado pela leitura de enunciados primitivos ao nível da caligrafia, da ortografia (incluindo a pontuação), da divisão do texto em parágrafos, da gestão do espaço gráfico, etc. (id. 1959, p. 9). É, acrescenta, nos enunciados mais extensos que a especificidade da escrita melhor se revela; especialmente em recursos grafológicos dos enunciados escritos, de que são exemplo os diversos tipos de índices e glossários, claramente vocacionados para a inspeccionabilidade dos conteúdos e organização semântica do discurso.

Os factos invocados por Vachek para conferir evidência à existência da norma escrita têm em comum a sua natureza grafológica, mas divergem no que respeita ao nível em que se inscrevem os factos linguísticos graficamente manifestados: desde o nível da ortografia da palavra ao nível suprasegmental da sintaxe da frase (pontuação) ou da segmentação e organização textual (parágrafos, capítulos, etc.)

¹Se bem que Vachek não defina o conceito de norma, o desenvolvimento da sua argumentação em prol da norma escrita aproxima-o de Hjelmslev, que define *norma* como: a forma material, definida por uma determinada realização social, mas independentemente ainda do pormenor da sua manifestação. ([Norme:] *Forme matérielle, définie par une réalisation sociale donnée mais indépendamment encore du détail de la manifestation*” (HJELMSLEV, 1942, p. 32–33).

Todavia, Vachek parece não considerar a possibilidade de caracterizar a especificidade da norma escrita para além do plano grafológico. Nesse sentido, o alcance teórico do distanciamento conceptual inerente ao conceito de norma escrita e respetiva justificação funcional poderá não ter sido integralmente avaliado pelo próprio Vachek. As suas observações sobre a especificidade da norma escrita fazem-no apenas aflorar, sem nelas se deter e sem as aprofundar, as implicações desse conceito sobre os níveis da sintaxe, do léxico e da semântica. Será Halliday, na interpretação e desenvolvimento dos princípios teóricos dos funcionalistas do Círculo de Praga (HALLIDAY, 2003; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; HALLIDAY, 2002a; SORNICOLA, 2014), no modelo teórico da Linguística Sistémico-Funcional, com a conceptualização dos usos da língua escrita como variedade funcional ou registo, complementar aos registos da oralidade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 7), quem irá definitivamente estabelecer as especificidades dos usos da língua escrita e da língua oral muito para além das suas manifestações no plano da expressão dos significados.

As duas secções seguintes neste texto são dedicadas à exposição das abordagens destes dois funcionalistas, Vachek e Halliday, sobre o estatuto ontológico da escrita e da oralidade: a abordagem grafológica de Vachek e a abordagem gramatical de Halliday. Procura-se nessa exposição iluminar os pontos de confluência e divergência entre as duas abordagens, assim como descortinar as razões por que o pensamento de Vachek nesta matéria não tenha merecido referência explícita nos trabalhos de Halliday aqui revistos.

1 Vachek: abordagem grafológica

Baseado no princípio teórico da escola funcionalista de que todos os recursos da língua (fonemas, morfemas, palavras, etc.) só existem porque servem a um determinado propósito, porque têm uma *função*, sendo a principal função a de reagir à realidade e de a ela se referir (VACHEK, 1966, p. 7), Vachek procede à justificação funcional de cada uma das normas, a escrita e a falada.

Na sua abordagem às questões da norma escrita, Vachek recupera as intuições de Bradley e de Frinta, que, nos primeiros anos do século XX, haviam sugerido justificações funcionais para a irregular correspondência entre as representações grafológica e

fonológica das formas das palavras.

Bradley (1904 *apud*. VACHEK, 1959, p. 8), apesar de muito crítico da moderna ortografia do inglês, havia-lhe reconhecido o mérito de salvaguardar o inglês escrito das ambiguidades da língua falada. Cinco anos mais tarde, sem que tivesse tido acesso ao texto de Bradley, numa perspectiva funcionalista, Frinta (1909 *apud*. VACHEK, 1959, p. 8) havia considerado que a função da ortografia numa comunidade linguística consistia em falar rápida e distintamente aos olhos, de modo que a ideia pudesse ser mobilizada sem dificuldade.

Vachek (1959, p. 10) vem propor que as questões da funcionalidade da escrita não se devem colocar a partir da observação de palavras isoladas, mas a partir de contextos mais extensos, tais como períodos, parágrafos, páginas e mesmo na integralidade de um livro, uma vez que raramente os usuários da escrita se vêm confrontados com a leitura ou escrita de palavras isoladas. Faz notar que, da observação atenta destes enunciados mais longos e da comparação deles com os seus contrapontos falados, sobressai a evidência de que a diferenciação entre uns e outros se verifica num nível muito acima ao das palavras escritas isoladas. É neste tipo de enunciados que se manifestam as características funcionais de inspecionabilidade (passível de ser inspecionado) e de preservabilidade² distintivas dos enunciados escritos.

Estas características são potenciadas pela configuração estática dos enunciados da escrita e pela permanência do sinal no espaço e no tempo, possibilitando ao leitor a opção por uma diversidade de estratégias de leitura do texto: desde a leitura rápida em diagonal, de sobrevoos dos conteúdos, à leitura demorada para escrutínio rigoroso da mensagem, em que o leitor se detém em determinados lugares do texto, confronta-os com outros, progride depois na leitura de forma não linear, saltando partes, detendo-se noutras, revisitando cada lugar as vezes que considerar necessário.

Já os enunciados orais (não registados em suportes analógicos ou digitais), baseados na efemeridade do sinal acústico, são dinâmicos e desenvolvem-se linearmente no tempo. O ouvinte é condenado a seguir o desenvolvimento do discurso em tempo real, sem possibilidade de recuo nem de avanço para além do momento presente partilhado

² No original inglês: *surveyability* e *preservability*.

com o locutor. O ouvinte é, portanto, prisioneiro do tempo do locutor, por oposição à norma escrita, onde o tempo do leitor é desligado do tempo do escritor e um e o outro se relacionam de forma autónoma com o conteúdo conceptual dos enunciados.

Nos contextos de comunicação mais exigentes em termos da extensão e da complexidade dos enunciados, as características de preservabilidade e de inspeccionabilidade posicionam, segundo Vachek, vantajosamente a norma escrita em relação à norma falada. A justificação funcional da norma escrita reside, assim, precisamente na sua capacidade de resposta a este tipo de contextos, para os quais a norma falada não se encontra devidamente apetrechada. A norma falada, por seu turno, por ser tecnologicamente menos sofisticada, caracteriza-se pelo imediatismo e pela prontidão na reação aos estímulos, o que lhe vale a preferência dos usuários da língua na generalidade das situações de uso comum, marcadas pela urgência da resposta. Mas, mesmo em situações não urgentes, os usuários da língua têm preferência pelo recurso à norma falada, só recorrendo à escrita quando, por razões de preservação ou de necessidade de inspeção da informação, a tal são obrigados. Por esta razão, na linha da tradição estruturalista de distinção entre elementos marcados e não marcados num sistema de oposições, Vachek considera os enunciados baseados na norma falada como factos de língua não marcados e, em contrapartida, os enunciados baseados na norma escrita na categoria dos fenómenos linguísticos marcados.

1.1 Adaptação das normas escrita e oral às funções referencial e emocional

Para além destas distinções, fundamentalmente relacionadas com as propriedades físicas do código, do canal e do meio de difusão do sinal nas duas normas, Vachek estabelece ainda outro tipo de distinção entre a norma escrita e a norma falada, desta feita relacionada com a adaptabilidade de cada uma ao desempenho da função referencial – nos termos de Vachek, de transmissão da informação, ou conteúdo intelectual, acerca da realidade extralinguística – e da função de expressão da componente emocional da realidade extralinguística (*id.* 1959, p. 11–12). Assim, a norma falada, dotada de recursos prosódicos, como a melodia, a intensidade e o timbre, é apontada por Vachek como mais adaptada e vocacionada para a expressão da componente emocional. A norma escrita, pelo contrário, desprovida destes recursos primários, menos apetrechada, por isso, para o

cumprimento dessa função, vê-se obrigada ao esforço suplementar da expressão da função emocional através de estruturas de fraseamento gramatical. São disto exemplos, passagens de discurso direto em narrativas escritas, onde se simula a fala das personagens, que requerem a complementação por estruturas descritivas, do tipo “disse ela doce e tristemente”, cuja função consiste em declarar ou evocar as emoções que na fala seriam expressas pelos recursos prosódicos primários. Curiosamente, Vachek não vê nestes exemplos a oportunidade para identificar o impacto que o uso da língua escrita tem nas escolhas ao nível do fraseado dos enunciados.

A norma escrita é, pois, apresentada como mais apta a servir a função referencial e mais vocacionada para responder a situações em que a concentração de “conteúdo intelectual” e concomitante restrição da componente emocional surgem como desejáveis, tais como, por exemplo, os contextos de transmissão de informação altamente especializada no domínio da ciência. A atenção dedicada por Vachek às questões da funcionalidade grafológica leva-o também a diferenciar não só os enunciados escritos dos enunciados falados, como também no universo dos enunciados escritos, os manuscritos dos impressos, considerando estes últimos os mais vocacionados para a pura função referencial, uma vez que nada neles permite a identificação do autor.

Conclui, Vachek (*id.* 1959, p. 12), que i) a norma falada da língua é um *sistema de elementos linguísticos fonicamente manifestáveis* cuja função consiste em reagir a um determinado estímulo (por regra, urgente) de forma dinâmica, ou seja, de forma pronta e imediata, expressando não só o aspeto puramente comunicativo mas também o emocional da ação reativa do usuário da língua; ii) a norma escrita, por seu turno, é um *sistema de elementos graficamente manifestáveis* cuja função consiste em reagir a um determinado estímulo (o qual, por regra, não é urgente) de forma estática, ou seja, de modo preservável e recenseável, concentrando-se especialmente no aspeto puramente comunicativo da ação reativa do usuário da língua.

A definição conceptual das duas normas da língua, a partir da especificação da natureza material do código de expressão, é reveladora de que a tendência positivista e estruturalista, apesar de tudo, ainda se impõe à abordagem funcionalista privilegiada pelo autor, restringindo deste modo o alcance das suas observações e achados aos fenómenos das estruturas fonológicas ou grafológicas dos enunciados.

1.2 Relação de complementaridade entre norma escrita e norma falada

Conceptualmente estabelecida a existência da norma escrita e da norma falada, Vachek propõe-se responder à questão da eventual relação hierárquica entre as duas normas. Contrariando a tendência praticamente generalizada na linguística do século XX para a total subordinação da escrita à língua oral, Vachek defende senão a superioridade estatutária da norma escrita, pelo menos o estatuto de complementaridade funcional com a norma falada. Se, por um lado, a norma escrita responde com maior eficiência e adequação aos contextos culturais de maior sofisticação e especialização, como a literatura, a ciência e a administração, pelo que seria totalmente despropositado atribuir à norma escrita estatuto inferior ao da norma falada (*id.* 1959, p. 13), já, por outro lado, na maioria dos contextos de uso corrente da língua, a norma falada é tendencialmente percebida pelos usuários da língua como mais adequada para reagir à situação.

Vachek descarta, por pouco convincente, o contra-argumento da primazia da língua falada em virtude da sua universalidade nas comunidades humanas, por oposição ao confinamento da escrita a um conjunto reduzido de comunidades. Na sua perspectiva, tal apenas significa que nem todas as comunidades humanas terão sido até ao momento capazes de desenvolver integralmente o potencial dos seus sistemas linguísticos. Uma língua sem tradição de escrita não deveria ser vista como exemplo do estado normal da realidade, mas como um estado de defetividade no desenvolvimento linguístico. Ou seja, do ponto de vista filogenético, todas as línguas teriam tendência para alcançar um estado de otimização na exploração das suas possibilidades estruturais latentes, entre as quais figuram os usos da escrita. Assim, para Vachek, só neste estágio de desenvolvimento filogenético as duas normas podem ser adequadamente avaliadas e comparadas pelo analista. Este estado de otimização não pode considerar-se atingido quando as comunidades estão ainda em vias de realizar as primeiras experiências de registo escrito dos enunciados da língua. Nesta fase, diz o autor, os enunciados escritos não passam efetivamente de quase-transcrições imperfeitas, constituindo, tal como os sistemas de transcrição fonética, manifestações de um sistema de segunda ordem; os factos grafológicos não estabelecem relação direta com a realidade extralinguística, mas tão só com os enunciados orais de que são transcrição. Só após um período de tempo suficiente

longo para o estabelecimento de uma verdadeira tradição de escrita na comunidade, são criadas as ligações diretas entre os enunciados escritos e a realidade extralinguística e se impõe a existência de uma norma escrita nessa comunidade (*id.* 1959, p. 14).

Cumprindo ainda destacar as ilações práticas que Vachek retira da justificação teórica das duas normas da língua e do seu estatuto de complementaridade funcional. Assim, os membros de uma comunidade linguística onde vigoram duas normas devem ser capazes de dominar ambas as normas, para a elas poderem recorrer em todas as situações que exijam o seu uso. Para designar esta capacidade, propõe o termo binormismo (*binormism*).

Por último, a partir do conceito de binormismo, Vachek reequaciona, do ponto de vista praxiológico, a questão das relações de correspondência entre as estruturas dos enunciados escritos e as dos seus correspondentes falados, fazendo notar que a manutenção do binormismo numa comunidade impõe como requisito a existência de um paralelismo perceptível entre a estrutura da norma escrita e a da norma falada. Sem isso, o domínio da primeira pelos usuários da língua corre o risco de se tornar demasiado difícil. A não existência de paralelismo estrutural entre as duas normas poderia, assim, constituir motivo para dificuldades na aprendizagem da norma escrita e impedir o desenvolvimento do binormismo nos membros das comunidades linguísticas.

Em síntese, o trabalho de Vachek rompe com a visão milenar, quase mítica, da escrita como um mero código de segunda ordem, subjacente às abordagens não diferenciadoras da oralidade e da escrita. O pensamento deste linguista, fundado nos princípios funcionalistas desenvolvidos na escola de Praga, a partir dos quais desenvolve o conceito de *norma escrita*, lança bases conceptuais para o estudo da escrita como variação funcional, contextualmente motivada, do sistema da língua. É de particular importância: i) a intuição de que a diferenciação funcional das duas normas se revela em maior grau na especialização dos recursos de organização dos enunciados da língua nos níveis suprasegmentais, ii) o reconhecimento da especial adequação da escrita ao desempenho da função referencial, iii) a observação da maior produtividade da escrita nos contextos de uso da ciência, da administração e da literatura, especialmente dependentes das propriedades da preservabilidade e da inspecionabilidade da informação, relacionadas com o carácter estático dos enunciados escritos, iii) a defesa do estatuto de

complementaridade entre as duas normas, escrita e oral, sem subordinação hierárquica de nenhuma delas em relação à outra; iv) o estatuto de autonomia da norma escrita por relação com a oral apesar da relação de enraizamento filo e ontogenético que entre ambas reconhece. Como principal limitação da abordagem funcionalista de Vachek às questões da escrita, é o foco exclusivo na dimensão grafológica dos enunciados.

Nos desenvolvimentos da linguística funcionalista europeia da segunda metade do século XX, a investigação das especificidades da escrita e da oralidade irá progredir de forma integrada noutros níveis de análise da língua. Firbas, aluno de Vachek, teoriza, em *Functional Sentence Perspective in Written and Spoken Communication* (FIRBAS, 1992), os fatores que sinalizam a distribuição da informação nos enunciados orais e escritos. Para Firbas, na escrita, devido à ausência dos recursos prosódicos da entoação, os fatores do contexto, da semântica e da linearidade combinam-se entre si para formar um sistema autónomo de inter-relações, responsável pela distribuição nos enunciados dos valores comunicacionais dos seus elementos constituintes; desta combinação de fatores, resultando eventualmente nalguma indeterminação, ou potencialidade, que considera característica da língua escrita; na oralidade, o sistema é formado por aqueles fatores em simultâneo com os fatores prosódicos, dando origem a um menor grau de indeterminação na distribuição dos valores comunicacionais nos enunciados. Firbas leva assim o estudo contrastivo da escrita e da oralidade para a dimensão da organização sintática da oração e da coesão textual. Importa, no entanto, salientar que, também na perspetiva funcional da oração proposta por Firbas, a variação observada entre as estruturas da língua escrita e as da língua oral são fundamentalmente motivadas pelos condicionalismos impostos pela materialidade dos recursos semióticos no plano da expressão e pelas características do funcionamento do canal da comunicação. Na secção seguinte deste trabalho, veremos como no quadro teórico da Linguística Sistémico-Funcional, proposto por Halliday, as questões da diferenciação entre a língua escrita e a língua oral se equacionam no modelo da variação de registo. Neste modelo, a variação linguística é entendida como realização semiótica e sistémica da variação multidimensional da estrutura semiótica do contexto, onde a dimensão das questões relativas ao modo de uso da língua (a natureza do canal, a materialidade do sinal, o tipo de contacto entre os participantes na comunicação, etc.) se articulam sistemicamente com as dimensões do campo da atividade e das relações interpessoais.

2 Funcionalismo de Halliday: Oralidade e escrita, abordagem gramatical

Se a aproximação de Vachek às questões da língua escrita pode ser interpretada como uma reação à tendência fonocentrista da linguística ocidental, no início do século XX, de desvalorização do estudo da especificidade da língua escrita, movimento inverso poderá ser identificado na aproximação de Halliday às questões das relações entre a escrita e a oralidade, que o levam a teorizar também as especificidades da língua escrita por oposição às da língua oral.

Para Halliday, em *Spoken and Written Language* (HALLIDAY, 1989), é a língua falada que se perfila como o objeto menos conhecido, menos valorizado pelas gramáticas da língua e cujo funcionamento e gramática importa, por isso, com maior urgência desvelar. Este posicionamento é claramente enunciado logo no prefácio desta obra dedicada ao esclarecimento daquela problemática. Afirma Halliday (1989, p. xv) que, em parte pela sua associação com as fontes de autoridade e do poder e em parte também por se encontrar mais perto dos circuitos da consciência e mais disponível como objeto estático de análise, a escrita tende a apropriar-se das luzes da ribalta linguística. No entanto, defende, a natureza inconsciente dos processos da fala não os torna menos relevantes, até por que é pela fala, pela inserção nas trocas conversacionais em contexto, que o sistema linguístico da criança se constrói e se desenvolve. Desde logo, adverte que fala e escrita servem diferentes objetivos, todos igualmente válidos. Tão importante é descrever a especificidade das escolhas no sistema gramatical típicas dos usos da língua oral como a especificidade das escolhas típicas dos usos da língua escrita.

2.1 *Variação funcional nas escolhas no sistema da língua – escolhas de registo*

Aquilo que distancia Halliday das tendências fonocentristas da linguística do século XX não é uma menor valorização da oralidade, como atrás já foi referido, mas, pelo contrário, a noção de que a especificidade da língua oral deve ser equacionada por oposição à especificidade da língua escrita. Para Halliday, a falta de isomorfia entre os enunciados orais e escritos vai muito para além da escolha do código de expressão

utilizado, ela manifesta-se visivelmente a todos os níveis da realização dos significados no sistema linguístico, desde o nível de realização semântica, ao nível da expressão, passado pelo nível de realização lexicogramatical. A variação no nível da expressão é radical e óbvia, mas é apenas o nível de superfície no percurso de propagação das ondas de realização semiótica no sistema da língua, com origem no nível do contexto extralinguístico. Para Halliday, a diferença entre a língua escrita e a língua oral é fundamentalmente uma diferença daquilo que se faz com a língua, dos conteúdos ou significados, e não da modalidade de expressão usada. Porque o que se faz com a escrita é diferente do que se faz com a fala, as escolhas no sistema da língua são tendencialmente diferentes nos enunciados da escrita e nos enunciados da fala.

Baseado no princípio de que os usos da língua são a janela de que o linguista dispõe para observação do sistema, Halliday considera que a compreensão do sistema linguístico na sua globalidade pressupõe o estudo contrastivo e equilibrado dos usos da língua em ambas as variedades funcionais – oralidade e escrita. Sem esse estudo, a representação do sistema da língua é necessariamente um retrato incompleto e pouco fiel. A gramática tem de ser capaz de explicar tanto as produções da escrita como as da oralidade. Uma gramática que só explique os dados da língua oral é tão incompleta como outra que apenas explique os dados da língua escrita. Halliday, na versão de 2014 de *An Introduction to Functional Grammar* (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), defende que a gramática de uma língua beneficia da observação e estudo dos dados armazenados em *corpora* com representação equilibrada dos registos da oralidade e da escrita. A inclusão dos dados dos usos orais da língua nos *corpora* de referência para a descrição da gramática não deve ser entendida como uma reação à tradicional tendência para considerar os dados da fala desprovidos de estrutura formal e incoerentes, mas, de forma positiva, como decorrente do facto de ser no discurso espontâneo e não monitorizado da oralidade que os falantes exploram e expandem o potencial de significação do sistema gramatical da língua. De igual modo, o estudo dos dados da língua oral não pode nem deve substituir-se ao estudo dos dados da língua escrita, sob pena de perda de poder descritivo e explicativo da especificidade que caracteriza uns enunciados por oposição aos outros.

Face à emergência de linhas de investigação que defendem a construção de gramáticas separadas para a língua oral, Halliday reconhece-lhes o mérito de chamar a

atenção para a sistematicidade organizacional desta modalidade de uso da língua, mas, por outro lado, considera que o exagero na diferenciação entre a escrita e a oralidade obscurece o facto de ambas serem variações de um só sistema.

A linguística sistémico-funcional apresenta-se, portanto, como uma teoria abrangente, com potencial explicativo para os dois grandes tipos de uso da língua, oral e escrito, interpretando-os como resultado da concretização de escolhas disponíveis no sistema único da língua, as quais, por seu turno, realizam as escolhas disponíveis nos sistemas do contexto e da cultura. Recorrer à fala ou à escrita é uma escolha primária, ao nível do contexto, não independente das restantes escolhas nas variáveis contextuais e dos objetivos comunicacionais, que em cada ato de enunciação o usuário da língua é levado a concretizar. A gramática deve ser uma teoria do sistema que define, à partida, o conjunto finito de possibilidades alternativas de realização linguística dos significados do contexto, onde se incluem, naturalmente, nas línguas de cultura escrita, as opções associadas aos contextos da escrita e da fala.

Língua oral e língua escrita não são, para Halliday, resultado de variação casuística do uso da língua, são variedades funcionais da língua ou registos de um sistema único (HALLIDAY, 1989, p. 44). Como variedades funcionais da língua, definem-se em termos semânticos e não, como para Vachek, em termos das escolhas no plano da expressão. Correspondem a determinadas configurações de significados linguísticos tipicamente associados a determinadas configurações das variáveis do contexto de situação: o campo – a atividade social em curso; as relações – os participantes na interação, seus estatutos e papéis na interação; e o modo – o papel que a língua está a realizar, os canais retórico e comunicativo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 12; HALLIDAY, 2002b, p. 283). Porque correspondem a tendências de configuração de significados, ao registo escrito e ao registo oral estão associadas expressões, traços lexicogramaticais, fonológicos ou grafológicos que tipicamente realizam na língua estes significados.

2.2 Dois modos de teorizar a experiência

Mais do que do desenvolvimento de uma tecnologia para expressão dos significados linguísticos, para Halliday (2004; 2003; 1989), a escrita decorre da evolução

no modo como o ser humano interpreta, ou teoriza, a experiência: de uma perspectiva dinâmica para uma perspectiva sinóptica do mundo. A partir da primeira, a experiência é semiotizada no seu fluir histórico, conferindo-se relevo aos processos, encadeados em relações de intrincada interdependência gramatical, que Halliday designa como “complexidade coreográfica”. A partir da segunda, a experiência é semiotizada de forma sinóptica, com primazia para a nominalização, lexicalmente densa – a experiência é um mundo de coisas e não de acontecimentos –, numa perspectiva espacial de estruturas internamente organizadas.

O modo dinâmico, próprio do discurso do senso comum, tende a ser explorado na conversação casual, como uso inconsciente da língua, na relação direta e intuitiva com o mundo.

As características sinópticas da escrita introduzem alterações importantes no modo de usar a língua para construir significados. A língua perde poder de intuição e de estabelecimento de novas conexões com o que a rodeia, vê-se obrigada à manutenção da coerência estática e tem dificuldade em acompanhar o fluir da experiência. A língua escrita funciona com os significados já estabelecidos na língua, é cautelosa e conservadora, perde potencial de inovação. Em compensação, com a redução deste potencial, cria um outro, relacionado com a sua natureza reflexiva: o de estruturar, classificar, disciplinar e garantir a transmissibilidade do conhecimento para além do aqui e agora da sua construção. O que equivale a dizer que a língua escrita cria uma nova forma de conhecimento que é a do conhecimento científico e também uma nova forma de aprendizagem, baseada na transmissão da experiência mediatizada pela escrita, independente da interação direta com a experiência.

2.3 Estatuto de complementaridade na vida social

Também Halliday refere que a língua oral tem prioridade filo e ontogenética e é comum a todas as línguas humanas e à generalidade dos seres humanos. A escrita, como modo sinóptico, é filo e ontogeneticamente derivada do modo dinâmico e implica uma reflexão mais consciente acerca do mundo cristalizado nas estruturas da língua. Mas, apesar de constituir um estágio posterior na evolução da língua, o modo sinóptico não substitui o modo dinâmico. Estabelece com aquele uma relação de complementaridade,

acrescenta as esferas de atividade em que a língua exerce função.

Tal como Vachek, Halliday considera que o registo da escrita corresponde a uma ampliação dos contextos em que a língua desempenha função na vida social. No entanto, para Halliday, o registo da escrita não é a variedade funcional da língua através da qual se processa a expansão do potencial de significação dos sistemas da língua, o que aliás se revela nas suas características de conservação da estabilidade do sistema. É nos registos da oralidade que a língua continuamente se renova e ultrapassa os seus limites de significação, se afirma de facto como um sistema dinâmico e aberto, em perpétua evolução. Daí que, para Halliday, embora não negando a importância da descrição da especificidade gramatical dos registos da escrita, o maior desafio da teoria linguística resida na teorização de uma gramática que dê conta dos registos da oralidade, enquanto janela que se abre para o cerne dos sistemas dinâmicos e abertos das línguas naturais.

É curioso observar como, a partir de um ponto de vista linguístico, Vachek e Halliday chegam a conclusões acerca da filogénese da escrita, que encontram paralelo nas de Vygotsky, a partir de um ponto de vista psicossocial, acerca da ontogénese da escrita. Também Vygotsky (1981, p. 106) observa que, no indivíduo, a escrita começa por ser um simbolismo de segunda ordem, que gradualmente evolui para um simbolismo direto, através de um longo processo de desenvolvimento de funções comportamentais na vida social da criança. O desaparecimento da relação de segunda ordem entre a língua escrita e a língua oral é gradual e representa um ponto de viragem crítico no desenvolvimento psicossocial da criança.

3 Considerações finais

No percurso realizado ao longo deste texto, recorreremos aos bons préstimos da língua escrita, ao serviço da função reflexiva, para tentar alinhar os astros que, na constelação das leituras realizadas sobre as abordagens funcionalistas ao estatuto ontológico da língua escrita e da língua oral, se haviam prefigurado de algum modo desalinhados. Por que motivo, nos textos do funcionalismo de Halliday, de revisitação a uma problemática já antes discutida por Vachek, com base nos mesmos princípios teóricos e chegando a postulados comuns acerca dos factos da língua escrita e da língua

oral, não encontramos referência ao legado de Vachek nesta matéria?

Valemo-nos, nesta demanda, do instrumento heurístico que a escrita disponibiliza para organização, classificação, inspeção e análise da informação revista, e, por outro lado, para a reconfiguração da mesma em resposta possível à demanda inicial.

É certamente pouco provável que, em 1989, Halliday não tivesse lido Vachek, um autor por ele citado para se referir aos contributos teóricos do funcionalismo da Escola de Praga. Além disso, reconhecendo Halliday a sua inserção nos princípios gerais da escola funcionalista, seria de esperar que, numa revisão da literatura sobre a problemática do estatuto ontológico da língua escrita e da língua falada, Halliday se tivesse deparado com os títulos de Vachek e os trouxesse à discussão do campo. Menos natural ainda que, por alguma razão, Halliday não estivesse interessado em conferir visibilidade aos trabalhos de Vachek.

Sintetizamos abaixo as zonas de confluência e de divergência das visões de Halliday e Vachek, para, em seguida, apresentarmos a nossa hipótese explicativa para a ausência de Vachek nos textos de Halliday.

Halliday e Vachek coincidem em vários posicionamentos no que concerne a problemática do estatuto ontológico da oralidade e da escrita no campo mais geral dos fenómenos linguísticos: na motivação funcional das especificidades das normas/registos da oralidade e da escrita, na defesa da complementaridade funcional da escrita e da fala, na consideração da língua oral como variedade não marcada do par oral-escrita, no reconhecimento da especial vocação da escrita para o discurso da ciência e da administração e no enraizamento filo e ontogenético da escrita nos usos primários da oralidade.

Divergem, porém, radicalmente nos seguintes pontos: i) no modo de conceptualização das especificidades da escrita e da oralidade: Vachek baseado nas escolhas do plano da expressão; Halliday baseado nas repercussões que as escolhas no nível contextual têm sobre as escolhas nos sistemas da língua, nos níveis da semântica e da gramática, minimizando a relevância dos atributos do nível da expressão; ii) na variedade da língua que tendem a considerar mais carente de análise e estudo, Vachek mais inclinado para a descrição da escrita, Halliday almejando suprir as lacunas no

potencial explicativo das gramáticas para os factos da oralidade; iii) ainda que coincidindo no reconhecimento do estatuto de complementaridade entre oralidade e escrita, Vachek deixa transparecer uma maior valorização da escrita, como a variedade mais apta ao desempenho das funções mais complexas na cultura – ciência, administração e literatura; Halliday valoriza claramente os registos da oralidade, como o espaço semiótico por excelência, onde o sistema plástico e dinâmico da língua garante a sua capacidade de adaptação e de reação às variações do contexto.

Tendo em conta a síntese anterior, a hipótese que consideramos mais plausível para a ausência de referências aos trabalhos de Vachek sobre a escrita nos textos de Halliday prende-se, precisamente, com a inversa orientação dos interesses dos dois linguistas. Halliday toca as questões da escrita, porque lhe é impossível não as trabalhar para tratar o tema que lhe interessa, que é a explicação dos enunciados orais. Para Halliday, a escrita é um dano colateral, algo cuja explanação é instrumental para a consecução dos seus objetivos. Caso inverso se dá com Vachek. O foco de Vachek está na língua escrita, a fala é o dano colateral, a que também ele não pode escapar. Acresce a isto, a circunscrição, por Vachek, dos fenómenos da escrita ao plano da expressão e o não aprofundamento dos mesmos nos outros níveis do sistema da língua. A sùmula destes dois posicionamentos poderá ter contribuído para que os contributos de Vachek tenham sido considerados, por Halliday, irrelevantes na discussão do modelo de descrição gramatical na sua agenda investigativa.

Ilação maior a retirar da discussão que aqui trazemos das abordagens de Vachek e de Halliday ao tema em apreço é a certeza de que a visão funcionalista contribui decisivamente para contrariar as abordagens aos fenómenos da língua que vêm a escrita como um mero sistema de representação grafológica dos factos da língua, concebida como um sistema abstrato e desligado dos seus contextos de uso.

Do ponto de vista da pedagogia da língua, especialmente caro aos autores deste texto, tais conclusões são de fundamental relevância. Importa, ainda nos dias hoje, tornar claro aos profissionais da docência da língua que ensinar a escrever não é ensinar a representar por escrito aquilo que a criança já sabe fazer por já saber falar.

REFERÊNCIAS

FIRBAS, J. *Functional sentence perspective in written and spoken communication*. Cambridge [England] ; New York: Cambridge University Press, 1992. (Studies in English language).

HALLIDAY, M. A. K. Systemic theory (1994). In: WEBSTER, J. (Org.). . *On language and linguistics*. Collected works of M.A.K. Halliday. New York: Continuum, 2003. p. 433–441.

HALLIDAY, M. A. K. *The language of science*. London ; New York: Continuum, 2004. (Collected works of M.A.K. Halliday, v. 5).

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *Halliday's introduction to functional grammar*. Fourth Edition ed. Milton Park, Abingdon, Oxon: Routledge, 2014.

HALLIDAY, M.A.K. Dimensions of discourse analysis: grammar (1985). *On grammar*. Collected works of M.A.K. Halliday. London ; New York: Continuum, 2002a. v. 1. p. 261–286.

HALLIDAY, M.A.K. Language and the order of nature (1987). In: WEBSTER, J. (Org.). . *On Language and Linguistics*. Collected works of M.A.K. Halliday. New York: Continuum, 2003. v. 3. p. 116–138.

HALLIDAY, M.A.K. Spoken and written modes of meaning (1987). In: WEBSTER, J. (Org.). . *On grammar*. Collected works of M.A.K. Halliday. London ; New York: Continuum, 2002b. v. 1. p. 323–351.

HALLIDAY, MICHAEL ALEXANDER KIRKWOOD. *Spoken and written language*. 2nd. ed. Oxford: Oxford university press, 1989.

HJELMSLEV, L. Langue et parole. *Cahiers Ferdinand de Saussure*, n. 2, p. 29–44, 1942.

SAUSSURE, F. DE. *Curso de linguística general*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1945.

SORNICOLA, R. On the history of European functionalism. *La linguistique*, v. 50, n. 2, p. 7–62, 2014.

VACHEK, J. Two chapters on written English. *Brno Studies in English*, v. 1, n. Praha, p. 7–54, 1959.

VACHEK, JOSEF. *The linguistic school of Prague : an introduction to its theory and practice*. London: Indiana University Press, 1966.

VACHEK, JOSEF. *Written language revisited*. Amsterdam; Philadelphia: J. Benjamins Pub. Co, 1989.

VYGOTSKY, L. S. *Mind in society: the development of higher psychological processes*. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1981.